Processo n.º 183/2008

(Reclamação para a Conferência)

Data: 23/Outubro/2008

ASSUNTO:

- Prazo para alegações em recurso no âmbito do processo laboral

SUMÁRIO:

Não deixa de ser aplicável aos processos laborais o acréscimo do prazo previsto no artigo 613º, n.º 6 do Código de Processo Civil.

O Relator,

João A. G. Gil de Oliveira

Processo n.º 183/2008

(Recurso laboral)

Data: **23/Outubro/2008**

ACORDAM OS JUÍZES NO TRIBUNAL DE SEGUNDA INSTÂNCIA DA R.A.E.M.:

1. A vem reclamar para a Conferência do despacho proferido a fls 1045, que julgou deserto o recurso, por se ter entendido não ser aplicável ao processo laboral a regra do n.º 6 do art.º 613º do Código de Processo Civil, que prevê a prorrogação do prazo de apresentação das alegações por mais 10 dias nas situações em que o recurso tenha por objecto a reapreciação da prova gravada.

2. A reclamante invoca, no essencial:

A. A subsidiariedade do direito processual comum em relação ao processo civil de trabalho assumida no ponto 11 da Nota justificativa da Lei N.º 9/2003 corresponde a uma opção do legislador no sentido de consentir a aplicação analógica do direito processual comum às múltiplas situações processuais que não foram tratadas no título IV (Dos recursos em Processo do Trabalho) do CPT.

B. Segundo a referida Nota Justificativa da Lei N.º 9/2003, em matéria de recursos, vale, mais do que nos outros domínios, a subsidiariedade do direito processual comum.

C. O artigo 111º do CPT não prevê a hipótese de prorrogação do prazo para a interposição motivada do recurso quando esteja em causa a reapreciação da prova gravada. Trata-se de uma lacuna de previsão.

D. Independentemente da qualificação do tipo de lacuna em questão - patentes ou manifestas ou latentes ou ocultas - o certo é que esta incompletude do título IV (Dos recursos em Processo do Trabalho) do CPT quanto à matéria da subcategoria dos recursos cujo objecto consista na reapreciação da prova gravada, postula e admite a sua remoção através duma decisão judicial jurídico-integradora.

E. Trata-se da integração, perfeitamente legítima, de uma verdadeira lacuna da lei, nos termos do art. 9.º do Código Civil, reclamada pelo espírito e pela unidade (coerência) do sistema.

F. Em matéria de recursos, nada obsta à aplicação subsidiária das soluções previstas no Capítulo VI (Recursos) do CPCM, designadamente o n.º 6 do seu artigo 613.º, aos casos omissos no título IV (Dos recursos em Processo do Trabalho) do CPT.

G. Afigura-se discordante do espírito e da unidade (coerência) do sistema, não conceder ao Recorrente que impugne a prova gravada esse período adicional de 10 dias previsto no n.º 6 do artigo 613 do CPCM, ao mesmo tempo que se lhe exige que espere pela obtenção do disco compacto da gravação da audiência para poder satisfazer o moroso ónus previsto nas alíneas a) e b) do n.º 1 e no n.º 2 do artigo 599.º do mesmo diploma, quando o seu recurso tenha por objecto a reapreciação da prova gravada.

H. Afigura-se contrária ao disposto no artigo 9.º, n.º 1 e 2 do Código Civil, a decisão, de que ora se reclama, no sentido de que a norma do artigo 111.º, n.º 1 do CPT não

contém lacuna a integrar pelo mecanismo de prorrogação do prazo de alegação a que alude o n.º 6 do art. 613.º do CPC.

Pede a final que sobre o objecto do despacho de fls. 1045 recaia um acórdão da Conferência que consinta o conhecimento de mérito do recurso interposto da sentença de fls. 872 e ss., rectificada a fls. 989 e ss.

3. Cumpre apreciar.

As razões então aduzidas assentaram em vários factores, a saber, uma tramitação própria do processo laboral, maior celeridade, uma vertente de interesse público, natureza mais linear das matérias probandas, o que excluiria o recurso à possibilidade de prorrogação consagrada na lei geral do processo.

O despacho recorrido reproduzia, em suma, a posição que até aí fizera vencimento no TSI.

Não se conhecia à data a Jurisprudência do Tribunal de Última Instância

Acontece que entre os dias 16 e 30 de Abril foram proferidos quatro acórdãos por aquele V.º Tribunal¹ em que se rebate a tese da inaplicabilidade daquela norma do Processo Civil aos processos laborais.

Não obstante a Jurisprudência do TUI não ser obrigatória nesta situação em concreto, há que ponderar muito seriamente os seus

¹ - Processos 6, 7, 8 e 12 de 2008

ensinamentos, em particular quando está em causa a interpretação pura das normas e a boa aplicação do Direito, como é consabido e tem sido proclamado, sendo essa uma das vocações daquele Alto Tribunal.

Ora, nesta situação, a doutrina expendida na Jurisprudência do TUI não deixa de nos convencer.

4. Vejamos os argumentos expendidos.

A dimensão do CPT, apenas com 115 artigos (contra 1297 do CPC), contempla apenas questões específicas de natureza laboral, remetendo, no mais, para a legislação processual civil de natureza subsidiária.

A natureza de celeridade e simplicidade, sendo uma verdade nos processos laborais, não basta para afastar a prorrogação de um prazo também concedido nos processos simples e céleres do Processo Civil geral.

Para além de que ara lá de uma celeridade geral, no Processo de Trabalho, ainda há que considerar os processos urgentes aí contemplados.

Quanto à previsão de um regime específico previsto no artigo 111º do CPT, prevê-se aí tão somente uma série de derrogações ao regime geral do recurso e não uma regulamentação de todo o regime de recursos.

As razões que levam à audição da gravação de prova para efeitos do disposto no artigo 559º, n.º 1 do CPC também não deixam de se impor

no Processo de Trabalho.

Assim, por estas razões que ora nos convencem, passa a acolher-se a tese do Tribunal de Última Instância.

5. Face ao exposto, atende-se à reclamação, devendo o recurso ser recebido pelo Juiz Relator.

Sem custas por não serem devidas.

Macau, 23 de Outubro de 2008,

João A. G. Gil de Oliveira

Choi Mou Pan

Lai Kin Hong